

CARAJÁS: A GUERRA DOS MAPAS

alfredo wagner berno de almeida

CARAJÁS: A GUERRA DOS MAPAS

REPERTÓRIO DE FONTES DOCUMENTAIS E
COMENTÁRIOS PARA APOIAR A LEITURA DO MAPA
TEMÁTICO DO SEMINÁRIO-CONSULTA "CARAJÁS:
DESENVOLVIMENTO OU DESTRUÇÃO?"

alfredo wagner berno de almeida

dezembro de 1993

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	
INTRODUÇÃO	
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	002
-Estado do Maranhão	002
-Estado do Pará	008
-Estado do Tocantins	010
-Conflitos pela garantia de acesso a recursos hídricos	011
-Bibliografia	013
RESERVAS EXTRATIVISTAS	015
-Ocorrências de conflitos na implementação das Resex	016
-Resex Ciriaco e Mata Grande (MA)	016
-Resex Quilombo do Frechal (MA)	017
-Bibliografia	019
TERRAS INDÍGENAS	024
-Terras indígenas na região do PGC	024
-Estado do Pará	026
-Estado do Maranhão	030
-Estado do Tocantins	033
-Ocorrências de conflitos envolvendo grupos indígenas	034
-Relação de documentos relativos às terras indígenas localizadas no Estado do Pará	036
-Relação de documentos relativos às terras indígenas localizadas no Estado do Maranhão	038
-Relação de documentos relativos às terras indígenas localizadas no Estado do Tocantins	040
-Bibliografia	041
ÁREAS RESERVADAS MILITARES	043
-Terras afetas a uso especial do Ministério do Exército	043
-Terras concedidas ao Ministério da Aeronáutica	045
-Gleba Alcobaça	045
-Centro de Lançamento de Alcântara	046
-Relação dos documentos relativos às áreas reservadas para uso das Forças Armadas	050

-Bibliografia	053
ÁREAS CONCEDIDAS, ADQUIRIDAS OU PRETENDIDAS PELA CVRD	055
-Conflitos agrários: a CVRD e os posseiros	059
-Os índios bloqueiam a ferrovia: CVRD x Povos Indígenas	061
-Bibliografia	063
ÁREAS DESAPROPRIADAS E ADQUIRIDAS	066
-Estado do Maranhão	067
-Estado do Pará	069
-Bibliografia	072
RESERVAS GARIMPEIRAS E PROVÍNCIAS AURÍFERAS	074
-Províncias Auríferas	074
-Fechamento de províncias minerais na região do PGC	074
-Reservas Garimpeiras	075
-Descrição sumária das reservas garimpeiras e das áreas de expansão não controladas	076
-Conflitos registrados em garimpo na área do PGC	089
-Disputas pelo domínio do solo e do subsolo	089
-Conflitos entre empresas mineradoras e donos de garimpos	089
-Conflitos a partir do intrusamento de áreas indígenas por mineradoras e garimpeiros	090
-Conflitos entre empresas mineradoras e a ocupação camponesa	091
-Conflitos entre empresas mineradoras e a população regional	093
-Conflitos nas relações de trabalho: registros de trabalho escravo nas áreas de garimpagem	093
-Conflitos na comercialização do minério	095
-Registros de violência nos conflitos em áreas de garimpagem	095
-Bibliografia	098
ÁREAS DE OCORRÊNCIA DE BABAQUAIS	101
-O processamento do coco babaçu	103
-Bibliografia	105
POLÍGONO DOS CASTANHAIS	109
-Bibliografia	111
TERRAS DE PRETO	114

-Bibliografia	117
TERRAS DE ÍNDIO	120
-Bibliografia	122
TERRAS DE SANTO	124
-Bibliografia	126
TERRAS DA IGREJA	128
-Bibliografia	129
COOPERATIVAS DE PEQUENOS PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS	131
-Cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas e a mobilização camponesa	131
-Programa oficial de apoio às cooperativas	132
-Bibliografia	134
USINAS DE FERRO GUSA, DE FERRO LIGAS E CARVOARIAS	136
-Bibliografia	139
LATIFÚNDIOS POR DIMENSÃO E IMÓVEIS RURAIS COM ÁREA IGUAL OU SUPERIOR A 10.000 HECTARES	142
-Estado do Maranhão	143
-Estado do Pará	147
-Bibliografia	159
CONFLITOS AGRÁRIOS	161
-Estado do Maranhão	161
-Estado do Pará	177
-Bibliografia	194

TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS DEMONSTRATIVOS

Unidades de Conservação na área de abrangência do PGC- Estado do Maranhão	002
Unidades de Conservação na área de abrangência do PGC- Estado do Pará	008
Unidades de Conservação na área de abrangência do PGC- Estado de Tocantins	010
Pescadores mortos e feridos em conflitos de terra	011
Reservas extrativistas na área do PGC	016
Situação jurídica das terras indígenas nos limites do PGC	025
Terras indígenas sob influência do PGC- Estado do Pará	027
Terras indígenas sob influência do PGC- Estado do Maranhão	031
Terras indígenas sob influência do PGC- Estado do Tocantins	033
Terras afetadas a uso especial do Exército	044
Terras concedidas ao Ministério da Aeronáutica	049
Áreas reservadas militares	049
Áreas sobre controle da Companhia, Vale do Rio Doce	055
Organograma da Companhia Vale do Rio Doce	057
Maranhão: áreas desapropriadas com projetos de assentamento criados	067
Maranhão: áreas desapropriadas sem projetos de assentamento criados	068
Pará: áreas desapropriadas	069
População garimpeira na área do PGC	074
Províncias Auríferas na área do PGC	074
Áreas reservadas à garimpagem	076
Áreas espontâneas de garimpo	079
Garimpos de gema do Pará	080
Pará: relação dos garimpos e população garimpeira por município	081

Produção garimpeira oficial de ouro no Estado do Pará	088
Homicídios dolosos em áreas de garimpagem no Estado do Pará	096
Consolidação das áreas de ocorrência de coco babaçu por região maranhense	101
Polígono Castanheiro do Tocantins	110
Relação de povoados com sufixo "dos pretos"	115
Cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas do Mearim	131
Cooperativas de mulheres "quebradeiras de coco"	132
Programa Agro-ambiental de Cooperativismo na Amazônia (Região do PGC)	133
Usinas de ferro gusa e de ferro ligas (1985)	136
Áreas adquiridas pela MARFLORA	143
Imóveis classificados como latifúndios por dimensão: Estado do Maranhão	146
Imóveis classificados como latifúndios por dimensão: Estado do Pará	147
Pará: imóveis rurais com área igual ou superior a 10.000 hectares	149
Maranhão: registro de mortes em conflitos agrários (1964-1984)	162
Maranhão: registro de mortes em conflitos agrários (1985)	167
Maranhão: registro de mortes em conflitos agrários (1986-1992)	169
Mandantes, executores e imóveis envolvidos nos assassinatos de camponeses em conflitos de terra. Estado do Maranhão (1964-1985)	172
Pará: registro de mortes em conflitos agrários	177

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ABRAMO	Associação Brasileira de Mineradoras de Ouro
ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural
AEA	Associação dos Empresários da Amazônia
Agrop.	Agropecuária
AGROPALMA	subsidiária do Banco Real para obtenção de óleo de palma
Agropast.	Agropastoril
Agropec.	Agropecuária
AI	Área Indígena
ALT	Associação de Lavradores da Transamazônica (PA)
AP	Área Programa
APA	Área de Proteção Ambiental
APMAR	Associação dos Pequenos Produtores de Rurópolis e Região (PA)
APRAR	Associação dos Produtores Rurais de Altamira e Região (PA)
Art.	Artigo
ASSEMA	Associação das Áreas de Assentamento do Maranhão
ASSUMEM	Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Mearim
BRUMASA	Brunzeel Madeiras S.A.
CAAR	Caixa Agrícola de Araras (PA)
CAEMA	Companhia de Águas e Esgoto do Maranhão
Cad.	Caderno
CADAM	Caulim da Amazônia/ Jari
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (PA)
CCA/MIRAD	Coordenadoria de Conflitos Agrários do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
CDDH	Centro de Defesa dos Direitos Humanos
CEDI	Centro Eclesiástico de Documentação e Estudo
CELMAR	Celulose do Maranhão S.A. - Indústria de Celulose e Papel
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CESE	Coordenadoria Eclesiástica de Serviços
Cf.	Conforme
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CJP	Comissão de Justiça e Paz
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNDDA	Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia
CNRA	Campanha Nacional de Reforma Agrária
CNPT	Coordenadoria Nacional de Populações Tradicionais
CNP	Conselho Nacional de Pesquisa
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COCAT	Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins (PA)
COLONE	Companhia de Colonização do Nordeste
COMAC	Cooperativa Mista Agropecuária de Colinas Ltda (MA)
COMALTA	Cooperativa Mista do Alto Turi Ltda. (MA)
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
CONAGE	Coordenação Nacional dos Geólogos
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente (MA)
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOGAR	Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada
COOGRIC	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Riachão (MA)
COOPAI	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Imperatriz (MA)
COOPAJOL	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de João Lisboa (MA)

COOPALMA	Cooperativa Agrícola e Leiteira de Matinha Ltda. (MA)
COOPERTRAN	Cooperativa Mista de Produtores Rurais da Transamazônica (PA)
COOPERVIDA	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de São Raimundo das Mangabeiras (MA)
COOPIL	Cooperativa dos Produtores Rurais de Pio XII Ltda. (MA)
COOPRAMA	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Amarante (MA)
COPAEMA	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Estreito (MA)
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP	Comissão Pastoral da Pesca
CPRM	Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPT AT	Comissão Pastoral da Terra Araguaia- Tocantins
CPT N II	Comissão Pastoral da Terra Norte II
CPT NAC	Comissão Pastoral da Terra- Secretariado Nacional
CPT MA	Comissão Pastoral da Terra Maranhão
CRI	Cartório de Registro de Imóveis
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CTI/MIRAD	Coordenadoria de Terras Indígenas do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
Dec.	Decreto
Dem.	Demarcação
DENPASA	Dendê do Pará S.A.
DF/INCRA	Diretoria Fundiária do Instituto de Colonização e Reforma Agrária
DIRAM	Diretoria da Área de Mineração
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DO	Diário Oficial
DOE	Diário Oficial do Estado
DOU	Diário Oficial da União
DR/FUNAI	Diretoria Regional da Fundação Nacional do Índio
DS	Dirigente Sindical
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ESG	Escola Superior de Guerra
Est.	Estadual
Paz.	Fazenda
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FINAM	Fundo de Incentivos da Amazônia
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
f.	folha
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEBAM	Grupo Executivo do Baixo Amazonas
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
GICLA	Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
Ha	hectares
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ibid.	idem
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração

IDESP	Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
IPES	Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
ITR	Imposto Territorial Rural
IST	Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
liv.	livro
MAER	Ministério da Aeronáutica
MARFLORA	empresa florestal da Siderúrgica Margrisa
matr.	matricula
MEAF	Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MRH	Microrregião Homogênea
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MTb	Ministério do Trabalho
MTPS	Ministério do Trabalho e da Previdência Social
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NI	Não Identificado
NUCAD	Núcleo de Ortografia e Desenho
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
p.	página
p/	para
PA	Projeto de Assentamento
PACA	Programa Agro-ambiental de Cooperativismo na Amazônia
PAJ	Projeto de Assistência Jurídica
PDS	Partido Democrático Social
PETT	Projeto Estudo sobre Terras Indígenas
PF	Polícia Federal
PFL	Partido da Frente Liberal
PGC	Programa Grande Carajás
PIN	Programa de Integração Nacional
PM	Polícia Militar
PMACI	Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Port.	Portaria
Port. Interm.	Portaria Interministerial
Port. Min.	Portaria Ministerial
pp.	páginas
PPGAS/MN	Programa de Pós Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional
PPNRA	Proposta ao Plano Nacional de Reforma Agrária
PRRA	Plano Regional de Reforma Agrária
PVN	Projeto Vida de Negro
RADAM	Projeto Radar na Amazônia
Reg.	Registro
RESEX	Reservas Extrativistas
RI	Reserva Indígena
SA	Sociedade Anônima
s/a	sem autoria
SADEN	Secretaria de Assessoramento e Defesa Nacional
SANBRA	Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro
SBC	Sociedade Brasileira de Cartografia

SDDH	Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos
s/d	sem data
SEICOM	Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração
SEMATUR	Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Turismo (MA)
SG-CSN	Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
SG/MIRAD	Secretaria geral do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
s/l	sem local
SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPAG	Sistema de Proteção aos Guajá
SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SPU	Serviço de Patrimônio da União
SR/INCRA	Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STR	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais
SUCAM	Superintendência da Campanha de Saúde Pública
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TR	Trabalhador Rural
UDR	União Democrática Ruralista
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UHE	Usina Hidrelétrica
UNI	União das Nações Indígenas
USAGAL	União dos Sindicatos e Associações de Garimpeiros da Amazônia Legal
USP	Universidade de São Paulo
VARIG	Viação Aérea Rio Grandense
VLS	Veículo Lançador de Satélite

APRESENTAÇÃO

Os trabalhos de pesquisa subjacentes à elaboração das análises ora apresentadas foram iniciados formalmente em junho de 1993, no desempenho de minhas atividades de consultoria junto aos projetos de investigação científica previstos no âmbito do Seminário-Consulta: "Carajás: Desenvolvimento ou Destruição?"¹. Embora tenha sido convidado tão somente para exercer trabalhos de consultoria por seis meses, prazo considerado necessário à conclusão de projetos de pesquisa iniciados no ano anterior, me propus a produzir também neste mesmo período um instrumento auxiliar de ação, de natureza cartográfica, capaz de possibilitar uma discussão mais aprofundada sobre o grau de intervenção dos aparatos de Estado e sobre a lógica das estratégias de poder adotadas na região oficialmente definida como de abrangência do PGC. Tal instrumento foi pensado como um recurso crítico à despolitização que caracteriza as polêmicas em torno do propalado zoneamento econômico e ecológico da Amazônia, chamando a atenção para os exponenciais níveis de disparidade no controle dos recursos naturais, para os índices alarmantes de concentração fundiária, para o controvertido processo de "desindustrialização", para os elementos de urbanização forçada, para os reassentamentos compulsórios, para os antagonismos sociais e para o fenômeno da violência.

Considerarei que se partindo de uma classificação de realidades factuais e de situações empiricamente observáveis, subprodutos das pesquisas delineadas, bem como dos fatos atinentes às entidades de representação dos trabalhadores e ao sistema de relações sociais, que envolve agentes e agências nas práticas de mobilização reivindicatória, ter-se-ia um estoque de informações elementares ao entendimento dos processos sociais em curso. De certo modo, sugeri um instrumento, cujo ponto de partida recusava qualquer pretensão totalizante e conferia relevância às realidades localizadas. No fundo, a crença de que, no momento atual, se esboça uma recusa à delegação por índios e camponeses, baseada no

¹ A coordenação deste mencionado Seminário é composta de entidades de representação de trabalhadores rurais (STRs de Açailândia e Anapurus -MA- e STR de Tucuruí-PA-; CUT e Conselho Nacional dos Seringueiros), de lideranças indígenas (Gavião da Montanha), de instituições de defesa dos direitos humanos (SPDDH, SMDDH), de entidades confessionais (Cáritas Brasileira- Escritório do Maranhão; CESE-Coordenadoria Ecumênica de Serviços) e de instituições de assessoria às reivindicações camponesas e indígenas (Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Centro Ambiental de Tocantins, Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular, Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional e Associação Agroecológica Tijupá). Atuam como entidades de apoio a GKKE e de financiamento: Brot Fur die Welt e MISEREOR.

sentimento dos próprios grupos representados passarem a se considerar os mais adequados porta-vozes de si mesmos². A proposta do mapa reflete este novo padrão de relação política o qual enseja os seguintes preceitos: o universal encontra-se no conflito localizado, o político acha-se na luta específica e o conflito "isolado" não é necessariamente espontâneo e pré-político (ALMEIDA;1993:429), detendo potencial de transformação e de mudança. Representar graficamente uma ocorrência de conflito, com base em dados de observação etnográfica, transcende à noção corrente de micro-cenário, tão difundida pelo discurso dos planejadores oficiais.

Debatendo os resultados dos trabalhos de campo com os membros da equipe de pesquisa do Seminário-Consulta sublinhei, portanto, os dados pormenorizados e as descrições detalhadas consoante a representação dos próprios sujeitos, isto é, camponeses, pescadores e índios. O fato dos pesquisadores estarem referidos a objetos de reflexão distintos e a diferentes formações acadêmicas (antropologia, economia, geografia, sociologia, engenharia florestal e jornalismo) e, além disto, não manterem vínculos formais com entidades de pretensão mediadora, facilitou este procedimento metodológico. Com vistas à montagem do mapa, procurei, concomitantemente, acrescentar às informações dos pesquisadores os resultados de minhas próprias experiências de campo no decorrer de 1992 e 1993, quer seja no Vale do Mearim, no âmbito da ASSEMA, quer seja nas chamadas "terras de preto" levantadas pelo Projeto Vida de Negro-MA, ou nas áreas de conflito acompanhadas pelo Projeto de Assistência Jurídica (SMDDH), ou pela SPDDH através inclusive dos conhecidos "Tribunais da Terra". Nas sessões destes referidos tribunais, tanto no Pará em outubro de 1992, quanto no Maranhão em outubro de 1993 apresentei laudos periciais contendo copiosos dados. Complementando tais informações com vasta consulta a fontes documentais e arquivísticas, indicativas do estágio de conhecimento cartográfico oficial da região enfocada, fui obtendo, enfim, a matéria-prima inicial para a montagem de uma versão preliminar de um mapa temático. Desenvolveu-se, desse modo, a partir de agências e agentes da sociedade civil, a etapa inicial de construção de um instrumento considerado historicamente intrínseco aos aparatos de Estado (LACOSTE;1986) para discutir as vicissitudes de sua própria ação³. Esta elaboração do mapa a partir da sociedade civil, mesmo utilizando dados oficiais, confronta-se, pois, com mecanismos estratégicos de poder e de controle social.

Afinal, o conjunto de representações cartográficas produzidas sobre a Amazônia e sobre a região de abrangência do PGC, envolvendo diferentes instituições (RADAM, GETAT, FIBGE, DSG, SUDAM, CVRD, IDESP) sugere ser uma medida básica de controle territorial pelos aparatos de Estado. Para organizar territorialmente uma determinada região instituída por decreto, as cláusulas primeiras tratam de fornecer antes de mais nada as coordenadas geográficas imprescindíveis à construção da base cartográfica. Não são outras as disposições iniciais do Decreto-lei nº 1.813 de 24 de novembro de 1980, que institui o Programa Grande Carajás. Delimitam um espaço supostamente homogêneo, instituído para

² Cf. ALMEIDA, Alfredo Wagner Bello de- Conflito e mediação- os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado apresentada ao PPGAS-MN/UFRJ, 1993. pp. 365-433

³ Consulte-se Lacoste, Yves- La géographie ça sert d'abord à faire la guerre. Paris, Maspero, 3ª ed. 1985.

- "Géographie et géopolitique" In: Auriaç, F. & Brunet, R.- Espaces, jeux et enjeux. Paris, Foundation Diderot/Fayard, 1986. pp. 238-296

fins administrativos, financeiros e fiscais. O estoque territorial considerado necessário a um grande programa oficial é, assim, produto de uma imposição. O ato jurídico, mais que configurar a área decretada, legaliza o arbitrário desta base cartográfica, que não é explicável por fatores físicos como clima e relevo.

Tal medida, entretanto, parece organizar territorialmente não exatamente a ação dos aparatos de Estado, mas uma complexa coalizão de interesses (empresas mineradoras, siderúrgicas, reflorestadoras, fábricas de cimento, madeireiras, carvoarias e indústrias de refino de óleos vegetais e de celulose), beneficiária de incentivos fiscais e creditícios, desenhando um mapa de empreendimentos que tem na atividade extrativa mineral e nas suas ramificações o eixo central. Neste sentido, as observações localizadas compõem um mosaico das diferentes estratégias empresariais, que asseveram hoje a chamada "vocaçãõ mineral" da Amazônia⁴, subordinadora das demais atividades econômicas, e que tem na "região do PGC" sua principal ponta de lança e nos economistas e geólogos seus mais destacados artífices.

As discussões destas diferentes estratégias com evidências e pormenores através dos materiais levantados *in loco* pela equipe fizeram de mim um aprendiz, antes que propriamente um consultor. Calei-me muitas vezes em situações que idealmente deveria ministrar conhecimentos teóricos, sobretudo no que tange às medidas de terceirização adotadas pelas empresas, aos projetos de manejo florestal e às táticas de reflorestadoras e de indústrias de celulose junto aos pequenos produtores rurais.

O trabalho de coligir os dados e de apreendê-los não foi, portanto, exatamente individual. De igual modo as atividades de plotar e assinalar os dados em base cartográfica foram produto de ampla cooperação. Quando dispunha de memoriais descritivos e dados precisos plotava com auxílio de computador e quando os dados eram aproximados, inexatos e fragmentários procedia à mera assinalação. Contatos regulares mantidos com os responsáveis pelo Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto do PIB/CEDI, em São Paulo, resultaram na execução criteriosa destas atividades mencionadas. No seu desempenho mais uma vez me senti aprendiz-marinheiro.

Conseguimos, deste modo, uma primeira versão preliminar do mapa temático em fins de julho de 1993. Algumas cópias foram feitas e levadas aos povoados alcançados pelas pesquisas ou sob o alcance das redes de relações sociais referidas aos movimentos camponeses. Um problema logo se colocou: saber ler um mapa. Esta é uma tarefa fundamental naquelas situações em que os pesquisadores adotam metodologia própria de ciências aplicadas, apresentando diretamente seus resultados tidos como úteis. A apresentação dos materiais de investigação num povoado camponês ou numa aldeia indígena constituiu-se, pois, num corolário previsível. No dizer de Lacoste, os mapas, para os que não aprenderam a lê-los e a utiliza-los teriam tanto sentido como uma página escrita para quem não aprendeu a ler (LACOSTE;1985:10).

A aprendizagem da leitura do mapa temático colocou-se como questão de ordem do dia nas discussões da equipe de pesquisa. Às etapas de ir coligindo os dados gradativamente e

⁴ Cf. declarações do economista Roberto Campos no 1º Encontro dos Empresários da Amazônia, realizado em Manaus (AM) em março de 1989. Consulte-se " 'Ecomaniacos' querem limitar a Amazônia." Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 15 de março de 1989, p. 9

logo após classificá-los e repassá-los ao Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto, aduzia-se a proposta de elaboração de um repertório de fontes com breves comentários para apoiar a leitura do mapa temático. Constatou-se que o mapa por si só não constituía um instrumento autoevidente. A resposta ao impasse implicou na elaboração deste conjunto de fontes comentadas que agora faço chegar às mãos de vocês. Trata-se de um documento síntese pensado para uso dos educadores e daqueles agentes referidos às disciplinas militantes, que também trabalham com sociedades ágrafas. Os símbolos, os matizes das cores e os sinais designadores de rios e caminhos adotados na montagem da base cartográfica, com toda certeza, contribuirão para assimilação das informações, conforme foi possível constatar em inúmeras reuniões, assembleias sindicais e encontros interestaduais do próprio Seminário-Consulta. Os comentários críticos às fontes constituem, entretanto, esforço complementar considerado necessário à ação pedagógica. Eles não foram pensados para circular em separado do mapa, embora em certa medida isso possa ocorrer.

Como insinua P. Bourdieu busquei "abandonar o ponto de vista a cavaleiro do antropólogo" (BOURDIEU:1990:33) que elabora mapas, diagramas e genealogias, no momento de objetivismo⁵. Também não quis repetir os geógrafos, ficando aprisionado na análise do "conteúdo" do espaço formalmente delimitado e correndo, ademais, o risco de afastar os conflitos e as lutas sociais da reflexão cartográfica. O processo de produção do mapa reflete antes de tudo as dificuldades de se tentar ordenar situações e mecanismos legais de intervenção que aparecem sob o signo de uma suposta desordem no mundo social. Mediante o amplo desconhecimento das realidades localizadas e a não-atualização de informações elementares, pelas instituições públicas e pelos organismos de planejamento, pode-se afirmar que *a descontrola funcionaria como forma de controle social*. Senão, vejamos: os dados censitários definitivos do mais recente Censo Agropecuário do FIBGE datam de 1980, ou seja, de treze anos atrás. Aqueles de 1985 consistem em meras sinopses preliminares. Não se sabe, portanto, quantos são hoje os ocupantes, os posseiros, e onde se localizam. Desconhece-se, oficialmente, a extensão dos intrusamentos em áreas indígenas. As informações produzidas a nível da FUNAI são dispersas. Não há tampouco um censo dos garimpeiros na Amazônia, senão uma amostragem deficiente que é o chamado Cadastro Nacional dos Garimpeiros, de 1990. Tampouco é conhecido o estoque de terras públicas disponível. Os dados sobre os antagonismos sociais no campo são ignorados oficialmente. As superposições de domínios dos imóveis rurais também são menosprezadas, bem como aquelas concernentes às áreas oficialmente reservadas. As estatísticas cadastrais do INCRA foram reatualizadas em 1985. Incorporam, com atraso de décadas, as sucessivas transmissões de imóveis rurais por atos de sucessão ou compra e venda. As estruturas agrárias e fundiárias encerram múltiplas incógnitas e séries estatísticas inconclusas. Apenas 60% da Amazônia acham-se mapeados, 40% estão totalmente descobertos sem as devidas bases cartográficas. A despeito delas e deste flagrante menosprezo pelos cadastramentos, assinalados usualmente como essenciais para o exercício do controle e da dominação (FOUCAULT: 1982), a verdade dos aparatos de Estado é imposta. Parece que lhes bastam os conhecimentos geológicos, morfológicos, hidrográficos e de viabilidade de colocação dos produtos no mercado. O pragmatismo dos planejadores prescinde de dados fidedignos sobre aquelas situações sociais apoiadas nas economias familiar e tribal, nas formas de cooperação simples

⁵ Consulte-se BOURDIEU, Pierre- "Fieldwork in Philosophy". In: Coisas Ditas. São Paulo, Ed. Brasiliense, pp. 15-48, 1990

no uso comum dos recursos naturais, na pesca artesanal e no extrativismo em pequena escala. A dominação e o controle são exercidos mediante o desconhecimento e a aparente falta de controle. Não sei ao certo se devido à subestimação da capacidade opositora de índios, posseiros, garimpeiros e pescadores ou se ao racismo que é naturalmente coextensivo aos atos colonialistas. A precariedade dos dados e o caráter fragmentário das informações não podem ser superados de um só golpe, a uma só vez, posto que não são apenas problemas de pesquisa científica. A questão da politização recoloca-se aqui, quando se releva situações sociais negadas, potencialmente sob tensão ou manifestamente conflitivas. Conhece-las e fazê-las públicas torna-se um "perigo político", já que contraditam os aparatos de Estado obstinados no desconhecimento. O dado etnográfico significa, neste contexto, num duro golpe na despolitização. Afinal, o mapa não consiste num sobrevôo sobre indígenas e camponeses com seus rituais e mobilizações, ele desce, de certo modo, aos antagonismos da vida cotidiana de aldeias e povoados e só tem sentido em virtude disto.

No decorrer destes trabalhos voltados à consecução do mapa quero enumerar aqui o reconhecimento primeiro aos colegas da equipe de pesquisa do Seminário-Consulta que participaram das discussões e concorreram com dados essenciais: Maristela de Paula Andrade, Marcelo Sampaio Carneiro, Jurandir Santos de Novais, Valcir Bispo Santos, Renata Roubach Topall e Moisés Matias. O agradecimento é extensivo a outros colegas como Gabriel Kraychette, José Heder Benatti e Henning Teetz, que embora não sendo da equipe de pesquisa, mas como integrantes da organização das atividades do Seminário-Consulta, participaram dos debates com indicações valiosas e colaboraram na identificação e localização de fontes arquivísticas. Foram, todos eles, interlocutores que supriram de dados e reflexões o repertório de fontes à consecução do mapa. Para consulta de documentos oficiais e outras fontes arquivísticas, classificando as informações, dispondo-as em tabelas e quadros demonstrativos, e elaborando comentários, contei com a colaboração da também antropóloga Maia Sprandel, pesquisadora do Projeto Estudo sobre Terras Indígenas (UFRJ). Notadamente no que tange aos comentários relativos à situação das terras indígenas sua participação foi destacada. Gostaria de agradecer também à colaboração de José Paulo Freire no que tange às "áreas de remanescentes de quilombos", e novamente à antropóloga Maristela de Paula Andrade, desta vez pelos dados de sua pesquisa anterior sobre as chamadas "terras de índio".

No mesmo sentido, mantive uma discussão paralela para fins de plotagem das informações com a equipe do Laboratório de Informações Geográficas e Sensoriamento Remoto. Realizei visitas periódicas ao CEDI, São Paulo, debatendo paciente e detalhadamente cada elemento necessário à composição do mapa. Sou grato a Carlos Alberto Ricardo, André Villas Boas, Sérgio Mauro Santos Filho ("Sema"), Fany Ricardo, Marco Antônio e, sobretudo, a Alicia Rolla, que inclusive acompanhou uma das discussões em torno da segunda versão preliminar do mapa, realizada em fins de outubro, em Marabá (PA). Nesta oportunidade revisamos inúmeras vezes os símbolos, a ordem dos itens da legenda, as cores, os dados a serem plotados e aqueles a serem apenas assinalados.

Para tópicos específicos recorri aos que detém regionalmente conhecimentos mais acurados a respeito. Assim, no que concerne às interpretações sobre as áreas desapropriadas e às experiências de cooperativas agroextrativistas, discuti demoradamente nos dias 2, 3 e 4 de outubro de 1993, em Pedreiras (MA), na ASSEMA, com Roberto Porro e Noemi

Miyasaka Porro. Em 1º de outubro, na reunião do GTA-Babaçu em Bacabal (MA), com o mapa sobre a mesa, fui coletando achegas, reparos e correções por parte das lideranças dos trabalhadores rurais como: Manuel da Conceição, Manoel Rodrigues de Souza (mais conhecido como "Manuelzinho"), José Maria S. Carneiro, Ildo Lopes e Maria Senhora. Recebi também sugestões à leitura de Marcelo Apel e Luciene Dias, da ASSEMA. Nos dias 12 e 13 de outubro, em Teresina (PI), no II Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu conversei com D. Raimunda Gomes, da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (TO), com D. Querubina, do STR de Imperatriz (MA), com D. Maria Adelina, Dada, de Lima Campos (MA) e com Sueli do Grupo de Quebradeiras de Palestina (PA).

Os contatos se ampliaram além do que poderia imaginar e objetivaram suprir lacunas e superar o aspecto fragmentário das informações disponíveis. Em São Luis (MA) no início de setembro, na SMDDH, conversei com Célia Correa sobre as áreas assistidas pelo PAJ no Vale do Rio Pindaré e com Domingos Cantanhede sobre a fundação da cooperativa agroextrativista em Viana (MA). Ainda em São Luis, com os colegas do "Projeto Vida de Negro", o advogado Dimas Salustiano e Ivan Costa, reforcei os dados sobre a RESEX Quilombo do Frechal e as denominadas "terras de preto". Com o deputado Domingos Dutra obtive informações sobre a lagoa de Santo Agostinho em Magalhães de Almeida (MA). Em Imperatriz (MA), junto ao CENTRU, repassei cuidadosamente os dados sobre as cooperativas de trabalhadores recém criadas no sul do Maranhão e na região Tocantina. Em Belém (PA), já em novembro, obtive com Jerônimo Treccani, da CPT, dados concernentes às ocupações realizadas pelos movimentos camponeses na região enfocada. Com muito acuro a agrônoma Léa Lobato de C. e Oliveira generosamente reviu os dados sobre os maiores imóveis rurais.

Na viagem para Marabá (PA), em fins de outubro, por via ferroviária a partir de São Luis (MA), retomei a discussão sobre o mapa com trabalhadores rurais que se autodefinem como "posseiros" e que já haviam inclusive discutido a respeito do mapa nos chamados "encontros de base". Na viagem de trem e no início das noites em Marabá complementei informações com os senhores: João de Deus Pereira dos Santos, mais conhecido como "Bigode", e Luis Correa (MA); Joaquim Lopes dos Reis (Presidente do STR de Parauapebas), João da Costa Nunes (STR de Tucuruí) e Darci José Lermen, de Parauapebas (PA). Além destes, quero expressar meu reconhecimento aos demais trabalhadores e sindicalistas, principalmente do Baixo Parnaíba, do Tocantins e da ASSUMEN (Vale do Mearim). Agradeço a todos -e seria impossível enumerá-los- que contribuíram para a consecução deste repertório de fontes e espero que este trabalho de compilação esteja compatível com as expectativas e com o rigor e a fidedignidade segundo os quais as informações me foram passadas.

Com Maia Sprandel discuti pacientemente cada tópico deste trabalho, cada fragmento de informação coligido e classificado. Realizamos juntos o trabalho nas bibliotecas do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional, FIBGE), de São Paulo (Biblioteca Mário de Andrade), de São Luis (Biblioteca Pública Benedito Leite) e de Belém (Biblioteca Pública-CENTUR, IDESP). Repassamos linha por linha, documento por documento, tabela por tabela, número por número. Considero-a uma sorte de co-autora neste sentido.

O curto período para a consulta, classificação e redação deste repertório de fontes a acompanhar o mapa certamente acarretou distorções e lacunas, aumentando a margem de erro. As imprecisões porventura contidas neste trabalho são, entretanto, de responsabilidade exclusiva do autor.

INTRODUÇÃO

Definida e aceita a proposta de mapear, uma pergunta inicial se coloca: como delimitar a chamada "região de Carajás"? O estatuto conceitual de região, fundado no ordenamento territorial dos aparatos de Estado, afasta a busca de uma definição própria ao pressupor necessariamente um ato de força para instituí-la. Consiste, em verdade, numa delimitação geograficamente arbitrária. Sua inspiração é econômica e balizada juridicamente para assegurar a exploração de recursos minerais estratégicos, subordinando às suas diretrizes os demais processos produtivos. Pode-se dizer, neste sentido, que é colidente e externa aos segmentos camponeses e aos povos indígenas, cuja existência coletiva configura territórios específicos (terras de uso comum, terras indígenas, "posses itinerantes", terras apropriadas em caráter contingencial ou permanente por grupos domésticos que exercem formas de cooperação simples), resultados de práticas de afirmação étnica e política. Há, pois, uma contradição básica entre a região instituída e a constituição destes referidos territórios.

As forças sociais subjacentes à capacidade de configurar representações cartográficas e de delimitá-las se confrontam nos desdobramentos desta contradição entre região e território. As superposições de domínios, as denominadas "invasões" e os intrusamentos, materializam interesses divergentes, manifestos em cada situação concreta, e explicitam a luta por uma definição legítima capaz de fazer valer suas pretensões. É lícito, neste contexto, imaginar uma guerra de mapas como símbolo do estado de tensão e de beligerância. Afinal, os extermínios, os massacres e os genocídios ao destruir a possibilidade da existência coletiva também significam metaforicamente "apagar do mapa", que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro.

Em outras palavras, na medida em que o mapa é construído e projetado a partir de uma determinada posição na estrutura social e de um lugar institucional próprio, ele se inclina para a parcialidade de quem o produziu. A aparente neutralidade na reprodução de acidentes físicos e de elementos da natureza fica comprometida quando se detectam disputas em torno do acesso e do controle da terra, dos recursos hídricos (rios, igarapés, lagoas, lagos, furos e paranás), das extensões de ocorrência de espécies vegetais passíveis de uso industrial (babaçuais, castanhais, açaiçais, jaborandis), das florestas (estacionais e ombrófilas), das capoeiras e dos recursos minerais. É mais do que utópica e despolitizada a extrema fidelidade ao "real" dos geógrafos, que "segundo a parábola de Borges" objetivam "produzir um mapa tão grande como o país" (BOURDIEU;1974:184).

É a partir da contradição observada que se pode relativizar a indagação inicial. A própria maneira como é formulada a pergunta já é tributária de um ato de imposição, que

obriga, inclusive, os pesquisadores a colocar o problema a partir da região arbitrariamente definida e não dos antagonismos e tensões que envolvem aquelas territorialidades. O fato da resposta já estar contida na pergunta significa que os trabalhos de pesquisa reconhecem a delimitação oficialmente imposta como ponto de partida, mesmo que seja para recusá-la e ir além dela.

A resposta, acatando o monopólio da definição legítima, imposta formalmente pelos aparatos de Estado, recorre ao Decreto-lei nº 1.813 de 24 de novembro de 1980. O mencionado decreto institui um "programa" que define uma extensão territorial determinada para fins de ação fiscal e administrativa. Consoante o art. 1º a área de abrangência do Programa Grande Carajás (PGC) inclui parcialmente os Estados do Maranhão, do Pará e do Tocantins correspondendo a aproximadamente 900.000 km², isto é, 11% do território brasileiro. Localiza-se ao norte do paralelo 8º e entre os rios Amazonas, Xingu e Parnaíba.

O espaço homogeneizado aparece também segundo subdivisões intituladas "áreas-programa", definidas por diferentes aparatos de poder em momentos posteriores. Tem-se assim a denominada "área de influência da ferrovia", que ladeia os 890 Km da Estrada de Ferro Carajás, que liga a Serra dos Carajás (PA) ao Porto de Itaqui (MA), correspondendo a cerca de 25 milhões de hectares. A CVRD, que opera esta delimitação no âmbito do Programa de Pólos Florestais, subdivide a área em três blocos, a saber: Bloco 1- de São Luis até Santa Inês; Bloco 2- de Santa Inês até Marabá; e Bloco 3- de Marabá até a Serra dos Carajás (CVRD;1989:14).

Da mesma maneira tem-se a chamada "Zona Carajás" fixada pela Comissão de Coordenação e Articulação Interinstitucional do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará (CZEE-PA). Abrange 106.846 Km² e é dividida em subzonas donde se destacam a de Marabá com 64.794 Km² e a de São Félix do Xingu com 28.842 Km², representando 71% da "Zona de Carajás" (CZEE/IDESP;1992:56)

O Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1992-95), elaborado pela SUDAM e que tem no zoneamento ecológico-econômico um de seus principais instrumentos, com relação à região enfocada estabelece três "sub-regiões" para efeitos de "áreas-programa": a do "Corredor da Estrada de Ferro Carajás- A.P. 17", compreendendo 20 municípios maranhenses; a do "Norte do Tocantins- A.P. 18", compreendendo 20 municípios tocaninenses e a "Marabá-Carajás- A.P. 21", compreendendo 13 municípios paraenses.

A região decretada e suas respectivas subdivisões reveste-se de interesse para os órgãos de planejamento, para empresas transnacionais e para agências financeiras multilaterais, além de se constituir numa área prioritária para a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), coordenadora geral do zoneamento ecológico-econômico da Amazônia. O BIRD e o G-7 destacam-se entre os organismos financeiros internacionais que apoiam projetos previstos ou implementados na região. Concentram-se aí múltiplos "programas" (pólos florestais, siderúrgico e agrícola), "projetos"(agroindustriais, agropecuários, madeireiros, mineradores) e "macroprojetos", tais como ALBRÁS (ALUNORTE), em Barcarena (PA), ALUMAR (ALCOA), em São Luis (MA), Projeto Ferro Carajás (CVRD), que se espalha com ramificações diversas por toda a área do PGC e o Projeto Energético da Barragem de Tucuruí.

Pode-se, inclusive, considerar sob este prisma a proposta de criação do chamado Estado de Carajás, que vai entrar na pauta de votações do Congresso Nacional, no âmbito da revisão constitucional. A proposta de parlamentares, que manipulam uma identidade supostamente regional, busca uma inspiração política tributária da região inventada pelos economistas. Pretendem convertê-la numa forma de organização política do espaço. Ela engloba, entretanto, uma área inferior àquela decretada, qual seja a Mesorregião do Sudeste do Pará, tendo Marabá como cidade principal, e compreende sete microrregiões homogêneas (Tucuruí, Paragominas, São Félix do Xingu, Parauapebas, Marabá, Redenção e Conceição do Araguaia) e trinta e dois municípios paraenses.

O ato jurídico de delimitação da região exprime, assim, uma complexa coalizão de interesses, antes que um mero ordenamento territorial dos aparatos de Estado. Tais interesses consideram-na uma espécie de região-laboratório em que se concretiza o que economistas definem como a "*principal vocação econômica da Amazônia, que é a mineração, exercida porém de maneira empresarial e organizada, o que a torna compatível com a proteção ecológica, ao contrário da atividade predatória e agressiva dos garimpeiros*" (CAMPOS; 1989). Concomitantemente o economista Roberto Campos, Ministro do Planejamento do governo ditatorial do General Castelo Branco (1964-1967), assevera que "*a atividade pecuária não teve sucesso na Amazônia, salvo exceções*" (CAMPOS; *ibid.*). Tem-se uma crítica interna ao pensamento empresarial, cujos argumentos não sofrem contestação. Estas formulações, proferidas e acatadas consensualmente no I Encontro dos Empresários da Amazônia, realizado em Manaus em agosto de 1989, com a participação de mais de 40 entidades patronais da região amazônica, recolocam o eixo das estratégias empresariais. O Projeto Ferro Carajás -da CVRD- e a área de abrangência do PGC consistem numa realidade factual mais do que uma simples ilustração, para corroborar aquelas formulações.

O conjunto de representações gráficas sobre a região (RADAM⁶, FIBGE, CVRD, CPRM, SUCAM, SUDAM, SAE-IDESP, GETAT, INCRA, IBAMA) denota a relevância dos mapas como instrumento básico para os planejadores oficiais⁷. Acoplados a eles tem-se bancos de dados, caso do RADAM e do IBAMA, memória cartográfica e imagens de satélites⁸. Abarcam, inclusive, uma diversidade de mapas setoriais (geológicos, morfológicos, pedológicos, fitogeográficos, de solos e aptidão agrícola, de vegetação e de uso potencial da terra, etc), que ficam quase sempre aprisionados na interpretação do "conteúdo" do espaço (BOURDIEU;1989:107-132) e na repetição monótona dos elementos físicos relevantes para

⁶O Projeto Radam (Radar na Amazônia) foi concebido como um instrumento do PIN (Programa de Integração Nacional), criado pelo Decreto No. 67.113/70, visando um levantamento integrado de recursos naturais, sua área de atuação inicialmente compreendia 44.000 Km², posteriormente foi ampliada para 4.800.000 Km², isto é, 51% do território nacional, principalmente a Amazônia.

⁷As dificuldades às atividades cartográficas no país agravaram desde 1990, quando o governo Collor extinguiu a Comissão de Cartografia, órgão colegiado, subordinado à Secretaria de Planejamento. Cf. CARVALHO, Marimilda- "Collor rasgou até o mapa do Brasil". *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1993. p.

16

⁸O projeto ERTS (Earth Resources Technology Satellite) possui 22 satélites de posicionamento geográfico, que atualizam a cada 18 dias 414 imagens de todas as regiões do Brasil.

a ideologia tecnocrática dos planejadores⁹. Perdem de vista os processos reais, o sistema de relações sociais que define a apropriação dos recursos da natureza e a dinâmica dos antagonismos e dos confrontos. Ademais não levam em conta a representação espacial dos sujeitos sociais que tem morada habitual e produzem economicamente na região enfocada. O "espaço" na versão dos planejadores corresponde ao desconhecimento e ao descaso das realidades localizadas. Deste prisma, a região é inteiramente naturalizada pelo pensamento tecnocrático, endossando a arbitrariedade da delimitação. A única identidade que lhe corresponde é aquela forjada nos suportes técnicos às iniciativas empresariais mencionadas. Não há quem se autodefinia como vivendo, morando, trabalhando ou de passagem por esta região inventada nos gabinetes definidores de estratégias empresariais. O sentimento de pertencer a ela só surge forte na solicitação de incentivos fiscais e creditícios. A denominação "Carajás", por conseguinte, torna-se recorrente na razão social de hotéis, agropecuárias, madeireiras, estabelecimentos comerciais e projetos incentivados. A região a que imaginam pertencer denota o circuito financeiro de que são tributários. A denominação toponímica tomada à serra onde foram detectadas as reservas minerais¹⁰, passa a batizar iniciativas empresariais diversas (ferrovia, núcleos urbanos planejados, projetos oficiais de colonização, indústrias gráficas e periódicos), que atualizam a coalizão de interesses minero-industriais. Sugerem remover, senão apagar, o arbitrário da linha geodésica, pela disseminação de uma referência toponímica tornada forte candidata a se constituir em fator de identidade regional. É por aí que a proposição do Seminário-Consulta "Carajás: desenvolvimento ou destruição?" inicia o processo de desnaturalizar a chamada "região do Carajás", recolocando a viga mestra que organiza seu significado.

A chamada "região de Carajás" pode ser lida, nesta ordem, como o amplo teatro de operações dos múltiplos projetos da CVRD, sobretudo os de exploração mineral, e de uma diversidade de grupos empresariais (madeireiros, mineradores, guzeiros, agropecuaristas, empreiteiros da construção civil, fabricantes de óleos vegetais, de celulose e de produtos farmacêuticos), que realizam, no momento atual, coadunados com agências multilaterais, a mais complexa coalizão de interesses industriais e financeiros hoje registrada na Amazônia.

No momento em que as atividades previstas no zoneamento ecológico-econômico da Amazônia encontram-se paralisadas ou sujeitas ao imobilismo próprio dos vai-e-vens da burocracia oficial, a divulgação de dados cartográficos, como forma de interpretação de realidades localizadas, representa uma tentativa de ruptura com a despolitização que as caracteriza. O mapa produzido no contexto do Seminário-Consulta rompe com a ideologia do "arquivo morto", própria da rotina das instituições oficiais, e busca divulgar informações essenciais à molde de um banco de dados dinâmico, "vivo", que pode ir sendo complementado localmente por trabalhadores rurais, garimpeiros, pescadores, colonos e indígenas, bem como pelas entidades de apoio, locais ou confessionais, pelas cooperativas e pelos sindicatos. Este mapa, ao contrário de uma realidade frigorificada ou de uma imagem

⁹Consulte-se para tanto as informações reunidas sobre as instituições que atualmente desenvolvem atividades cartográficas na Amazônia. Boletim do Procartam (Projeto Cartográfico da Amazônia). Belém, dezembro de 1993.

¹⁰Segundo Ab'Saber, há duas décadas passadas era inclusive fragmentário o mapeamento geomorfológico desta serra: "A serra dos Carajás era um mero topônimo, inscrito nos velhos mapas regionais, de maneira mais imprecisa possível. Na realidade, ela somente veio a ser definida, assim mesmo em termos de seu contorno geral, graças aos estudos feitos com base em fotointerpretação geológica, por Octavio Barbosa (1966), através do Projeto Araguaia- PROSPEC-DNPM." (AB'SABER, 1986:89)

congelada, se pretende em movimento, sendo redesenhado sucessivamente consoante o ponto de vista dos povos indígenas e dos segmentos camponeses dispostos em situações críticas de conflito ignoradas pelos planejadores oficiais. Sua configuração exprimiria sempre alterações na correlação de forças entre aqueles segmentos sociais citados e os interesses que lhes são historicamente hostis, abrindo as portas para incorporar uma recente "ocupação", a homologação de uma área indígena ou mesmo sua autodemarcação, uma desapropriação por interesse social, os registros de homicídios dolosos em conflitos agrários ou a fundação de mais uma cooperativa de pequenos produtores agrícolas e extrativistas.

Semelhante dinâmica parte do pressuposto de que os sujeitos sociais são capazes de se familiarizar com a idéia do mapa e com o repertório de informações nele contido. Ora, com toda certeza, isto só se mostra possível caso se consiga aproximar a representação espacial dos segmentos camponeses daquela reproduzida em termos do mapa proposto. Indagações pormenorizadas se dispõem a tal tentativa de aproximação. Como reproduzir ou passar dos rabiscos, esboços, croquis e diagramas riscados na areia ou no barro compactado do chão das casas e das malocas para a pretendida base cartográfica? Como divisar a mesma estrada de madeira, intrusando a área indígena, representada nos traços do desenho no ambiente doméstico e assinalada ou plotada no mapa? Como os próprios reassentados reconhecem no mapa a denominada "roça comunitária" (NOVAES;1993) do reassentamento do Rio Gelado?

As sucessivas reuniões nos chamados encontros de base tentaram recuperar as reações frente à representação gráfica disposta sobre a mesa ou fixada numa parede, com o propósito de perceber em que medida os camponeses se sentiam ali representados. No decurso desta atividade e para facilitá-la a equipe técnica do Laboratório de Informações Geográficas do CEDI elaborou uma base cartográfica ampliada, medindo 4 x 2 m com vistas à derradeira reunião interestadual do Seminário-Consulta, realizada em Marabá em fins de outubro de 1993. Ocupando parte considerável da parede para a qual todos os participantes estavam diretamente voltados, no salão de plenárias, esta cópia contribuiu para que pudessem ser assinalados tantos nas reuniões de trabalho como nos intervalos, elementos tidos como essenciais no mapa temático. As letras garrafais auxiliaram na leitura e os símbolos ampliados suscitaram indagações, a saber: "Por que não colocar as bandeirinhas, que assinalam as cooperativas, para indicar as ocupações?". De fato, as bandeiras constituem símbolos historicamente utilizados tanto nos Andes e no México, quanto no Brasil, nos atos de ocupação de terras. O próprio MST atualiza hoje este ritual. Ao incorporar tal sugestão o mapa foi ganhando maior utilidade para os interessados diretos e adquirindo a feição por eles considerada mais apropriada.

Foi possível constatar também, à primeira vista, que iniciam a leitura a partir de esclarecido o local onde se situam, isto é, a posição aproximada do local de moradia. Vão lendo e apreendendo do seu território de pertencimento em diante, do conhecido e palmilhado até as bordas do não-controlado. Seguem, acompanhando com o dedo indicador, o curso de um rio, de um igarapé ou mesmo o tracejado de uma vereda ou caminho, reiventando sobre o papel as regiões que já haviam inventado, livremente dos atos de autoridade dos aparatos de Estado e das imposições que lhes são coextensivas. Com base nos muitos impressionismos vão preenchendo as lacunas e construindo, através do espaço das relações primárias, os elementos do cotidiano que o mundo social reconstituído por

intermédio do mapa pretende captar. Repetem as interdições: "aqui nesta área de minério não deixam ninguém entrar, na lavagem do manganês sujam as águas do rio", assevera um trabalhador rural de Parauapebas, assinalando a possível localização do que os técnicos designam usualmente como "barragem de rejeitos". E os demais, que ouviam atentos, acabaram indicando, por associação, mais duas outras "barragens de rejeitos" além desta do Rio Gelado. Uma localizada no Igarapé Bahia e a outra no Rio Geladinho.

Mas, outras vezes, o rio parecia mais distante ao esforçado leitor e a serra não era entendida como tal, ausentes as indicações mais evidentes de relevo. Sim, mas já foi dito que o mapa não pode ser tão "real" quanto a realidade observada e imaginada. O recurso a cores para buscar esta outra modalidade de aproximação nem sempre revelou-se eficaz. Os matizes do verde mais esmaecidos não parecem traduzir as matas, o laranja do hachurado só é imaginado como babaçual depois de repetidas explicações. E o azul não era bem o do céu, mas simbolizava o mar, parafraseando o sambista. -"Mas que mar é este senão o rio?" perguntou afirmativamente um trabalhador rural das barrancas do Tocantins. E também houve risos, quando lhes foi explicado que aquela mancha hachurada retratava a praga dos mosquitos na borda do Lago de Tucuruí (SANTOS;1993).Destruindo pequenas redes hidrográficas, redefinindo a repartição espacial de índios e camponeses, compulsoriamente deslocados, e gerando a "praga de mosquitos" que, por sua vez acarretou novos reassentamentos, a grande barragem permite descrever um trágico capítulo do que Yves Lacoste classifica de "guerra ecológica" (LACOSTE;1985:08).

Já as ilhas do lago artificial da barragem de Tucuruí, os pescadores não conseguiram divisar nas versões preliminares do mapa, discutidas nos próprios locais assinalados. Não vendo as ilhas, não se viam ali representados. Frente à cópia ampliada posicionaram-se contudo, indicando as designações com que as batizaram. A própria experiência de deslocamento dos trabalhadores rurais para os encontros de base, promovidos no âmbito do Seminário-Consulta, contribuiu, em certa medida, para também familiarizá-los com a construção do mapa e criar condições básicas à sua leitura. Eles foram levados a se movimentarem, algumas vezes, durante ano e meio, por distâncias maiores do que aquelas que ligam os locais de moradia e de trabalho ao povoado e à cidade. As razões destas viagens aтем-se essencialmente à formas solidárias e ao aprimoramento das modalidades de percepção das realidades localizadas, não estavam sujeitas aos cálculos inerentes às atividades econômicas acessórias de membros das famílias camponesas, que periodicamente vão trabalhar nas cidades, nos garimpos e nas obras de construção civil. Tal condição facilita o entendimento dos determinantes da região enfocada. Na geografia das designações locais indicativas de lugar, os participantes passam, com alguma frequência, a ultrapassar os percursos rotineiros que ligam o chamado centro (local de produção) à denominada beira (local de circulação dos produtos agrícolas e extrativos), ou o fundo à frente, ou a terra firme à várzea ou ainda os campos à mata. O uso dos transportes coletivos (ônibus, trens, barcos) coloca-os ademais em contato direto com as possibilidades de se percorrer vastas extensões territoriais.

Semelhante conhecimento impressionístico reserva, entretanto, a surpresa dos limites. Eles vão se deparando seguidamente com rígidos mecanismos de controle e com as interdições deles derivadas. A primeira viagem de trem pode misturar deslumbramento com confronto. Animados por reverem conhecidos e pelas afinidades que os aproximam, logo

percebem que não é possível maior euforia ou cantar no interior dos vagões. Tampouco é permitido tocar sanfona para afastar a monotonia do ruído provocado pelo atrito da locomoção sobre os trilhos. Os músicos e artistas dos povoados camponeses que vão para os mencionados encontros expressam o descontentamento com letras jocosas que satirizam as proibições. As piadas, por seu turno, devem ser ditas em tom baixo, reprimindo-se as gargalhadas, já que os chamados "fiscais do trem", também conhecidos pejorativamente como samangos (tal como os policiais militares), a todo instante estão chamando a atenção e advertindo para a observância de silêncio, numa técnica de "educação forçada", que encerra sempre a ameaça de expulsão do trem. Fieis ao modelo dos funcionários coloniais ingleses nas ferrovias da Índia e na África, antes da II Guerra Mundial, dirigem-se aos "mal educados" em nome do zelo e da manutenção da excelência dos serviços. Os bate-bocas com os "fiscais" constituem uma primeira aproximação dos mecanismos de controle com que começam a se defrontar. Na última parada, antes da Serra, descobrem que não podem continuar, mesmo se quiserem, a viagem até a cidade planejada. A exigência de autorização prévia, a molde de visto, define uma outra "sub-região" e por suposto um território que lhes é interdito. Os limites acarretam, pois, uma certa percepção dos antagonistas e do rigor das hostilidades que manifestam.

Dá-se, por esta via, a politização dos trajetos com um entendimento mais completo das áreas reservadas, que concorre para auxiliar na interpretação do mapa fixado na parede durante os encontros de base. Todos podem vislumbrar mais detidamente não só seus itinerários cotidianos, mas também os eventuais, sendo traçados na base cartográfica, enquanto discutem os demais problemas da pauta. A área de garimpo e o local de moradia aparecem no mesmo mapa. As assinalações e as plotagens vão sendo decodificadas gradualmente pela maior familiaridade com o instrumento cartográfico. Recordam que da janela do trem viram a placa do imóvel rural, agora assinalado como tendo usufruído de incentivos oficiais ou estando em zona crítica de tensão social com registro de ocupações camponesas. As correlações de elementos do mapa, que as disciplinas militantes visam facultar, passam a ser realizadas sem grandes intermediações, mesmo que ainda longe de ver satisfeita a ação pedagógica. Ainda assim, há sempre um provável erro de interpretação. Há dificuldades às citadas intermediações. O "tão conhecido", quando configurado em representação gráfica, pode ser constituído de diversos modos e de diferentes posições. No imaginário dos camponeses cada acidente físico pode ser infinitas coisas. Não há uma só imagem para um único acidente, nem um só atalho ou trilha para se chegar à chamada beira. Isto dificulta ainda o critério de um mesmo símbolo para rios ou igarapés diferentes. As coordenadas geográficas tampouco são apreendidas de imediato. Sobe-se um rio indo ao encontro de suas nascentes, não importa o quadrante, nem o sentido leste/oeste ou norte/sul, conforme expressariam os nossos interlocutores. De maneira concomitante, isto ajuda a desmistificar o próprio mapa que, afinal, não é mapa de nenhum tesouro, nem sequer tem maiores novidades senão aquela de agrupar informações dispersas e, por vezes, aparentemente não-coadunáveis, contribuindo para educar os educadores. Isto faz dele mais um dentre os possíveis instrumentos de debate e de conhecimento.

O mapa, contudo, revela criticamente uma região privilegiada pelos planejadores oficiais com suas ambivalências, tais como os episódios de desindustrialização e a irracionalidade das atividades propaladas como "racionalis". Observa-se a implantação de instalações industriais, que já nasceram obsoletas e sem maiores perspectivas de mercado.

Numa espécie de arqueologia de superfície, pode-se identificar não apenas os escombros e as ruínas de engenhos centrais, de ferrovias e de usinas de óleos vegetais, de décadas passadas, mas também de empreendimentos madeiros, de frigoríficos, de usinas de ferro gusa e demais unidades de transformação, inclusive metalúrgicas, como a METALMAN, em Rosário (MA), recentemente instaladas. Instalações fechadas ou inacabadas caracterizam a paisagem industrial. De outra parte, os projetos agropecuários às margens da ferrovia com pastagens degradadas, com capoeiras e adensamento de babaquais, insinuando a rebeldia das matas secundárias, tornam-se reveladores do estoque de terras improdutivas mantido com fins especulativos.

Percebe-se, além disto, medidas de urbanização forçada interpenetrando instalações industriais poluidoras, incluindo-se carvoarias e guzeiras, com aglomerados urbanos, notadamente em Açailândia (MA) e Rondon do Pará (PA). Descrevem mais um capítulo da "guerra ecológica", sublinhada por Yves Lacoste, ao deteriorarem a qualidade de vida nestas cidades, ao afetarem gravemente a saúde dos trabalhadores. Há uma percepção viva destes efeitos caóticos da industrialização em curso, que dispõem os dados cartográficos para além da simples denúncia.

Os camponeses e indígenas de áreas conflitivas parecem os mais familiarizados com os mapas e com as argumentações através de esboços dos rios e de linhas divisorias. O ritual de negociação invariavelmente prevê mapas. Desde 1985 com o trabalho na Coordenadoria de Conflitos Agrários do extinto MIRAD esta constatação vem se fazendo certa em minhas observações diretas. Mas a tradução dos sinais acatados por sociedades ágrafas pela representação cartográfica se revela, no mais das vezes, difícil e não inteiramente resolvida. As três versões preliminares do mapa, não obstante terem circulado bastante em dezenas de reuniões, alcançando direta ou indiretamente mais de uma centena de povoados, foram insuficientes. Isto concorre para reafirmar que este mapa é situacional, significando um instante fugaz que sem ter sido inteiramente assinalado e concluído já está se transformando e sendo alterado.

E tanto isto é verdadeiro, que na versão ora apresentada os dados que mais falam são aqueles obtidos da leitura crítica das fontes secundárias. Estabelece-se a interlocução ou confronto com os mapas oficiais a partir daí. E neste contexto igualmente se avolumaram as dificuldades. Por não se possuir os memoriais descritivos ou as coordenadas geográficas dos imóveis rurais classificados como "latifúndios por dimensão" eles não puderam ser plotados. O cadastro gráfico do INCRA, que idealmente conteria tais dados, ainda é um projeto. Assinalá-los com um ponto foi considerado não razoável face aos demais dados das áreas reservadas devidamente plotados e com extensões menores. Nestes casos se impôs a necessidade deste texto. Assim, o mapa contém muito de escrita, mesmo com as cores e símbolos aproximados que o fazem também ter bastante de imagem.

Nesta oscilação há indicativos fortes de proporções e percentuais, que após a primeira leitura dirigida sugerem passíveis de assimilação. Na assertiva de um adolescente, durante a discussão da terceira versão preliminar do mapa em fins de outubro, em Marabá (PA), resumia-se o drama e a sentença positiva do jovem aprendiz: "Este é o mapa que devia ter na escola". A necessidade de estudá-lo soa com vigor. Isto mais se explica pela diversidade das fontes secundárias utilizadas. Veja-se que a partir do levantamento de dados para elaboração

do repertório de fontes, foram obtidas informações concernentes a mais de dois terços da extensão territorial do PGC de cerca de 90 milhões de hectares. Para efeitos de exposição, eles serão aqui apresentados sem totalizações já que há superposições flagrantes, que adicionadas acarretariam dupla contagem. Servem mais para balizar os tópicos e para propiciar uma primeira aproximação aos dados do repertório de fontes que serão mais detidamente analisados no corpo do texto a seguir.

DESIGNAÇÃO TERRITORIAL	EXTENSÃO (HA)	%
Unidades de Conservação Ambiental	7.067.763	7,8
Terras Indígenas	11.604.008	12,8
Áreas Reservadas Militares	883.193	1,0
Áreas Concedidas, Adquiridas e Pretendidas pela CVRD	822.948	0,9
Reservas Garimpeiras e Províncias Auríferas	3.915.245	4,3
Áreas Reservadas e Projetadas para UHE (Pará)	2.873.000	3,1
Reservas Extrativistas	36.332	0,04
Áreas Desapropriadas	2.703.347	3,0
Terras da Igreja	40.443	0,04
Latifúndios por Dimensão e Maiores Imóveis	12.930.467	14,3

O maior percentual de área corresponde aos 465 imóveis rurais cadastrados pelo INCRA com área igual ou superior a 10.00 hectares, que ocupam 12.930.467,7 ha. , ou seja, uma extensão mais de três vezes superior à área total, apontada pelo censo agropecuário de 1985, dos 270.240 estabelecimentos de posseiros ou ocupantes (FIBGE) na área de abrangência do PGC.

Para além destes percentuais tem-se que as zonas críticas de conflito e tensão social foram estimadas em mais de cinco milhões de hectares, equivalendo a pelo menos 6,0 % da área do PGC, enquanto que as áreas de ocorrência de babaçuais alcançaram 13,2% e aquelas dos castanhais 1,3 %¹¹.

DESIGNAÇÃO TERRITORIAL	EXTENSÃO (HA)	%
Área estimada de conflitos agrários	5.325.587	6,0
Área de Ocorrência de Babaçuais	11.900.000	13,2
Polígono dos Castanhais	1.200.000	1,3

¹¹Os projetos incentivados do FINAM não foram coligidos de maneira completa e devido a isto não foram incluídos. Do mesmo modo a listagem de madeiras não foi completada, bem como a dos fornecedores de carvão às usinas de ferro gusa. As ocupações desenvolvidas pelos movimentos camponeses, embora assinaladas na base cartográfica, não foram classificadas convenientemente para constituir um tópico.

TOTAL	18.425.587	20,5
-------	------------	------

O mapa temático contempla todas estas informações, conjugando-as em diferentes planos e demonstrando que a denominada "região de Carajás", para além de uma noção geográfica, antes de mais nada trata-se de uma categoria do planejamento eivada de dubiedades e de contradições. Os tópicos a seguir apresentados contêm as operações de levantamento dos dados coligidos para fins de plotagem e assinalação na base cartográfica e os respectivos comentários críticos.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AB'SABER, Azis N.

1986- "Geomorfologia da região". In: Gonçalves, J.M. (org.). Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. Brasília/São Paulo. CNPq/Brasiliense. pp. 88-123.

ADONIAS, Isa

1963- A cartografia da região amazônica (Catálogo Descritivo). Rio de Janeiro, CNP/INPA. 2 vol.

ALLIÉS, Paul

1980- L'invention du territoire. Presses Universitaires de Grenoble. pp. 9-25

BELLIDO, Remigio de

1910- Catálogo dos mapas e cartas geográficas da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. Belém, Imprensa Oficial. 128 p.

BOURDIEU, Pierre

1974- "Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe". In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Editora Perspectiva.

1989- "A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região". In: O poder simbólico. Lisboa/Rio de Janeiro. Bertrand/Difel. pp. 107-132.

CLPGC

1981- PGC- Aspectos físicos, demográficos e fundiários.(Catálogo de Mapas). Rio de Janeiro, 46 p.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA (CNG)

1947- Documentário Amazônico. Relação das contribuições bibliográficas, cartográficas e aero-fotográficas existentes no C.N.G. Rio de Janeiro, 79 p.

CVRD

1979- Pólos florestais na Amazônia Oriental- A reversão do processo de degradação ambiental. s/l. Outubro, 38 p.

CZEE.IDESP

1992- Zoneamento ecológico-econômico do Estado do Pará- proposta estadual. Belém, março, 94 p.

FIEGE

1993- Diagnóstico ambiental da Amazônia Legal (Nota Técnica). Rio de Janeiro, 16 p.

FOUCAULT, Michel

1982- "The subject and power". In: Dreyfus, H. et alli. Michel Foucault beyond structuralism and hermeneutics. Chicago, University Press. pp. 208-226

GAGNIN, João Urbano

1988- "Exploração econômica da Amazônia: perspectivas para a Região do Carajás". Rio de Janeiro, mimeo.

GONÇALVES DE ALMEIDA JR., José Maria (org.)

1986- Carajás: desafio político, ecologia e desenvolvimento. Brasília/São Paulo, CNPq/ Ed. Brasiliense.

LACOSTE, Yves

1985- La géographie ça sert d'abord faire la guerre. Paris, Maspero, 3a. ed.

NOVAES, Jurandir Santos de

1993- "Aspectos referentes ao reassentamento das famílias que residem na área infestada pela praga dos mosquitos à montante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí- o Projeto de Assentamento do Rio Gelado". Belém, Seminário-Consulta "Carajás: desenvolvimento ou destruição?". Dezembro.

PINTO, Lúcio Flávio

1993- Amazônia: a fronteira do caos. Belém, 159 p.

PROCARTAM (Projeto Cartográfico Amazônico)

1993- Boletim do Procartam. Vol. I. No.1. Belém, dezembro.

SANTOS, Valcir Bispo

1993- "Tucuruí- a praga de mosquitos". Belém, Seminário-Consulta "Carajás: desenvolvimento ou destruição?". Dezembro.

SUDAM

1992- Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1992-95). Belém, setembro, 55 p.

DOCUMENTOS

1989- Carta da Amazônia. I Encontro de Empresários da Amazônia. Manaus, 08 de agosto.

O DESCONTROLE COMO FORMA DE CONTROLE SOCIAL? - CONSIDERAÇÕES FINAIS À CONSTRUÇÃO DO MAPA TEMÁTICO

O processo de produção de conhecimentos cartográficos na região amazônica, no momento atual, reflete antes de tudo as dificuldades de se ordenar de maneira apropriada os mecanismos legais de intervenção, posto que aparecem usualmente sob o signo de uma suposta desordem no mundo social. Consta-se um amplo desconhecimento das realidades localizadas e a não-atualização de informações elementares, pelas instituições públicas e pelos organismos de planejamento. Verifica-se ademais superposições de áreas-programa, colisão de competências e uma certa hipertrofia de centros de poder voltados para a execução do zoneamento econômico-ecológico. Há organismos internacionais e setores governamentais que em certa medida reconhecem isto pelo menos no que tange aos recursos naturais. Tem-se inclusive uma vulgarização, estimulada por eles, da expressão "desordem ecológica" para caracterizar a Amazônia. Esta expressão, aliás, nomeou os seminários do International Social Science Council- UNESCO, realizados em 1988 e 1989 sob o título "Amazônia e desordem ecológica". A mesma expressão acha-se contida no diagnóstico ambiental da FIBGE, 1992, e foi utilizada também como uma das justificativas do zoneamento econômico-ecológico da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), bem como pelos funcionários do BIRD críticos dos elevados índices de desmatamento. Haveria um consenso quanto a tal "desordem", indicativo de sua relativa assimilação. Tal não sucede com os comentários críticos aqui apresentados, que apontam para um descontrole que transcende à apropriação dos recursos naturais e que incide sobre os próprios fundamentos distorcidos das políticas públicas e dos planos oficiais. Pode-se ilustrar esta assertiva reexaminando-se o estágio atual de conhecimentos essenciais às ações de planejamento e de definição de medidas governamentais. Os dados censitários definitivos, do mais recente Censo Agropecuário da FIBGE, datam de 1980, ou seja, de catorze anos atrás. Aqueles correspondentes a 1985, divulgados em 1987, consistem em meras sinopses preliminares. Não se sabe, portanto, quantos são hoje os ocupantes (posseiros), os arrendatários e os parceiros e onde se localizam. Igualmente se desconhece o estoque de terras tituladas. Por conseguinte, também é desconhecido o total de terras públicas. As ações discriminatórias, porventura iniciadas, ultrapassam a uma década sem resultados significativos. Os quase 120 milhões de hectares discriminados na Amazônia até 1984 não dirimiram dúvidas dominiais capazes de manter os apossamentos e evitar as tensões sociais. As estatísticas cadastrais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foram recompostas em 1978. Em 1985 houve uma tentativa de reorganização do cadastro, que não logrou êxito. Tal cadastro possui dados (produção agrícola, número de assalariados eventuais e permanentes, semoventes, áreas aproveitáveis, valor das benfeitorias, rebanhos etc.), cuja utilização deve ser cautelosa. Primeiro porque são autodeclarados pelos detentores ou pretensos detentores dos imóveis, sem que exista uma verificação de sua fidedignidade. Segundo porque mostram-se inteiramente defasados já que incorporam com atraso de décadas as transmissões de imóveis rurais por atos de sucessão ou compra e venda. Há dificuldades de se elencar com exatidão os maiores imóveis e sua efetiva situação. Os dados do cadastro gráfico que permitem a plotagem dos imóveis rurais só deverão estar disponíveis dentro de cinco anos. Isto caso

tenham sido obtidos todos os memoriais descritivos e dados de localização constantes das escrituras. Aqueles do Cadastro de Glebas, instituído em 1986, jamais foram dados a público. Por outro lado, as extensões decretadas como áreas reservadas (para uso especial das Forças Armadas, para conservação ambiental, para garimpo, para concessão a empresas como a Companhia Vale do Rio Doce etc.) jamais tiveram cotejados seus memoriais descritivos e corrigidas ou revistas suas coordenadas. Isto significa dizer que os casos efetivos de superposições, reconhecidos de certo modo, solitariamente, pelo trabalho do IDESP (1989), são inteiramente menosprezados. Não há também categorias censitárias capazes de fornecer com exatidão os números referentes aos invasores de áreas indígenas. sequer existe um estudo classificatório destas situações de intrusamento. As informações produzidas a nível da FUNAI são dispersas, referindo-se a episódios isolados de madeireiras, agropecuárias e mineradoras. Desconhece-se oficialmente a extensão dos intrusamentos e de seu potencial conflitivo. Inexistem também mecanismos para acompanhar os conflitos em fronteiras internacionais, que envolvem etnias (Tikuna, Yanomami, Kaxinauá, Kampa, Marubo, Tukano, Galibi, Tirió, etc), segmentos de trabalhadores (seringueiros, garimpeiros, operários da construção civil) e camponeses.

Não há tampouco um censo de garimpeiros na Amazônia, senão uma amostragem deficiente e fragmentaria do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), intitulada Cadastro Nacional dos Garimpeiros, datada de 1990. Das unidades de conservação ambiental (estações biológicas, parques, florestas nacionais, reservas) apenas 10% tem sua situação fundiária devidamente regularizada. As oito reservas extrativistas da Amazônia não tem ainda definida sua regularização fundiária. Não há consenso sobre os dados referidos aos desmatamentos e à destruição de áreas de seringueis, babaquais, castanhais e açazeiros. As discrepâncias tem gerado polêmicas acirradas, e medidas desencontradas. Em termos de conhecimentos cartográficos, observa-se que apenas 60% da Amazônia acham-se mapeados, 40% estão totalmente descobertos, sem as devidas bases. Tampouco há um controle das zonas críticas de conflitos e tensão social (Art. 15 da Lei No. 4.504, de 30 de novembro de 1964- Estatuto da Terra). As tentativas de cadastramento dos conflitos pelo INCRA datam de 1981 (Of. Circ. INCRA/32, No. 502, de 9 de setembro de 1981), enquanto as do GETAT com o registro das chamadas " Áreas Problema " datam de 1982. Ambas não tiveram quaisquer desdobramentos. Os dados disponíveis sobre os antagonismos sociais são produzidos fora dos aparatos de Estado. A condição de quem fala sobre eles não pertence, pois, aos quadros da burocracia estatal ou do poder judiciário e sim a membros de entidades sindicais e confessionais, ou seja, da sociedade civil. O Estado além de não exercer a arbitragem direta sobre os antagonismos sociais, ainda funciona como parte pela omissão manifesta. Evidenciam-no a recorrência dos massacres e chacinas. Os aparatos policiais não dispõem de estatísticas criminais coligidas sobre os homicídios dolosos em conflitos de terra. Os laudos periciais sobre os casos mais flagrantes de etnocídio (Tikuna, 1988 e Yanomami, 1993) não resultam em punições. A violência é coextensiva à ação do Estado, em virtude disto acha-se naturalizada na vida social, quando os massacres tornam-se regra de resolução de antagonismos. Em outras palavras, o descontrole é levado efetivamente ao extremo sem que seja este o discurso oficial dos aparatos de Estado, que estão afirmando sempre sua indignação face à violência e justificando sua ocorrência pela "fraca presença" dos aparatos de poder na região. Os estudos de viabilidade de colocação de certos produtos extrativistas no mercado, ainda estão sendo reprocessados, em muitas situações específicas. Vale repetir que usinas de ferro gusa recém implantadas foram fechadas, bem como metalúrgicas (caso

METALMAN). Na chamada "região de Carajás" observa-se episódios de desindustrialização, isto é, a implantação de instalações industriais que já nasceram obsoletas e sem mais perspectivas. Numa espécie de arqueologia de superfície pode-se identificar em campo não apenas os escombros e ruínas de engenhos centrais, unidades têxteis do século XIX, usinas de beneficiamento de óleos vegetais e pequenas fábricas (de sabão, de vela) acionadas por rodas hidráulicas ou com imensas chaminés e enormes caldeiras corroídas pela ação do tempo, mas também de frigoríficos, metalúrgicas e usinas de ferro-gusa recém instaladas. Divisam-se também pequenas cidades engolfadas em fumaça, tal nevoeiro púmbleo que parece nunca poder dissipar-se, pela proximidade das baterias de fornos das carvoarias improvisadas nos pátios de madeiras. A paisagem em tons de cinza, com águas servidas avançando nas ruas e montes de lixo acumulados próximo aos cursos d'água, revelam as marcas de uma urbanização forçada distante de qualquer critério de planejamento. Em tudo, uma imagem algo dramática dos primórdios da revolução industrial, absolutamente não-coetânea do discurso modernizador dos planejadores.

Pode-se concluir, portanto, que o desconhecimento oficial é vasto, montado que está sobre séries estatísticas inconclusas, dados precários, imprecisos e vagos. Mais do que isto pode-se asseverar que o desconhecimento e o descontrole funcionariam como formas de controle social. A dominação e o controle são exercidos mediante o desconhecimento e a falta de controle sobre informações e sobre processos sociais. O pragmatismo dos planejadores prescinde de dados fidedignos sobre aquelas situações apoiadas nas economias familiar e tribal, nas formas de cooperação simples, no uso comum dos recursos naturais, nas regras de reciprocidade positiva na coleta, na pesca artesanal e no extrativismo em pequena escala. Está-se diante de uma situação em que o dominar prescinde do conhecer, e não se sabe ao certo se devido à subestimação da capacidade opositora de índios, seringueiros, posseiros, garimpeiros e pescadores ou se ao racismo que é naturalmente coextensivo aos atos colonialistas. A despeito do flagrante menosprezo pelos cadastramentos e inventários, apontados pelos teóricos como essenciais para o exercício do controle e da subordinação pelos aparatos de Estado, a verdade do Estado é imposta. Esta, talvez, seja uma especificidade dos aparatos de Estado em formações sociais caracterizadas pela ideologia da fronteira e pelos mecanismos de imobilização da força de trabalho, próprios dos sistemas agrários repressivos e que transcendem às conjunturas de arbítrio, ditaduras, ou de transição à democracia. Tais mecanismos acham-se naturalizados a nível de cada unidade produtiva, quer seja seringueira, garimpo, fazenda, castanhal ou babaçual ou ainda na juta, na pesca, na carvoaria, na usina de ferro gusa, na reflorestadora e nas chamadas empreiteiras, terceirizadas segundo estratégia de grandes empresas como a CVRD e ALCOA. Obstruem as possibilidades de conhecimento pela vigilância e pela repressão, que nada tem de descontroladas.

A precariedade dos dados e o caráter fragmentário das informações não podem ser assim superados de um só golpe, a uma só vez, posto que não são apenas problemas de pesquisa científica. A questão da politização recoloca-se aqui, quando se releva situações sociais negadas, quando se reinterpreta o senso comum dos dados oficiais, objetivando relativizá-los. Conhecê-las e fazê-las públicas torna-se um "perigo político" já que contraditam os aparatos de poder e desnaturalizam os mecanismos de imobilização da força de trabalho. Conforme já foi dito anteriormente, o dado etnográfico significa, neste contexto, um duro golpe na despolitização do zoneamento ecológico econômico e demais planos

oficiais, ao afirmar que a pesquisa científica não representa um mero sobrevôo impressionista sobre indígenas e camponeses com seus rituais e mobilizações e que o descontrole na verdade trata-se de um instrumento de subordinação, que já não pode mais ser reproduzido naturalmente. Eis o resultado do mapa temático ora apresentado. Separa-o do ensombramento que envolve os dados oficiais e o faz crítico o bastante para superá-los.